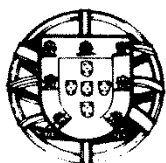


# REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



# JORNAL OFICIAL

I Série—Número 32

Quinta-feira, 30 de Novembro de 1978

## SUMÁRIO

### PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

#### Portaria n.º 323/78:

Fixa o valor máximo da margem de comercialização de tintas e vernizes e afins para o Continente e para os Açores e Madeira.

#### Resolução n.º 198/78:

Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas constantes dos n.ºs 2 e 3 da Portaria n.º 323/78, de 15 de Junho, na parte aplicável à Região Autónoma da Madeira.

### PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

#### Resolução n.º 95/78:

Aprova o projecto de «construção de moradias unifamiliares, na Quinta do Falcão».

#### Resolução n.º 96/78:

Concede um aval intercalar a Nazir Can Ussene Can, para uma exploração Cunicola.

#### Resolução n.º 97/78:

Aprova a conta de gerência do Governo Regional do Ano 1977.

#### Resolução n.º 98/78:

Mantém a competência do Governo Regional para autorização de despesas em moeda estrangeira.

#### Resolução n.º 99/78:

Aceita novo estudo da proposta da Empresa Madeira Engineering e revoga a Resolução n.º 27/78 de 11 de Outubro.

#### Resolução n.º 100/78:

Aprova os orçamentos Primeiros Suplementares de várias escolas.

#### Resolução n.º 101/78:

Adjudica à Hidroservice — Engenharia de projectos Lda., São Paulo — Brasil o estudo do Mercado de Turismo e de Demanda de Tráfego aéreo na Ilha da Madeira.

#### Resolução n.º 102/78:

Aprova a aceitação do legado à Região, deixado pelo Senhor Dr. Frederico Augusto de Freitas.

#### Resolução n.º 103/78:

Aprova o Estatuto do Médico no Serviço Regional de Saúde, a convenção entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e o Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos e o despacho de alargamento do esquema de benefícios na Saúde aos beneficiários da Previdência.

### SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

#### Portaria n.º 110/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

#### Portaria n.º 114/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

### SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DO EQUIPAMENTO SOCIAL

#### Portaria n.º 117/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

#### Portaria n.º 118/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

# SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE

## Portaria n.º 111/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

# SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DE AGRICULTURA E PISCAS

## Portaria n.º 115/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

# SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS E DE EDUCAÇÃO E CULTURA

## Portaria n.º 116/78:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

# SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

## Portaria n.º 113/78:

Revoga e dá nova redacção ao N.º 9 da Portaria n.º 15/78, de 16 de Maio.

1.º Sem prejuízo do regime de preços aplicável por força do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro, a transacção de tintas e vernizes e afins fica sujeita ao regime de margens de comercialização fixadas a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.

2.º É fixado em 31 % para o continente e em 44 % para os Açores e Madeira o valor máximo da margem de comercialização a que se refere o número anterior a incidir sobre os preços de aquisição na produção ou importação acrescidos do imposto de transacções.

3.º Fica revogada a Portaria n.º 279/77, de 20 de Maio.

4.º A presente portaria entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Secretaria de Estado do Comércio Interno, 26 de Maio de 1978. — O Secretário de Estado do Comércio Interno, *António Escaja Gonçalves*

## CONSELHO DA REVOLUÇÃO

### Resolução n.º 198/78

de 23 de Novembro

Ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 146.º e no n.º 1 do artigo 281.º da Constituição, o Conselho da Revolução, a solicitação da Assembleia Regional da Madeira, e precedendo parecer da Comissão Constitucional, declara com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade das normas constantes dos n.ºs 2 e 3 da Portaria n.º 323/78, de 15 de Junho, da Secretaria de Estado do Comércio Interno, na parte aplicável à Região Autónoma da Madeira, por violação do disposto no n.º 2 do artigo 231.º da Constituição.

Aprovada em Conselho da Revolução em 8 de Novembro de 1978.

O Presidente do Conselho da Revolução, *António Ramalho Eanes*.

## PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Conforme o preceituado no art.º 8.º, alínea a), do Decreto Regional n.º 6/77/M, de 21 de Abril e em execução da Portaria n.º 49/77, de 29 de Novembro, da Presidência do Governo Regional da Madeira, transcrevemos os seguintes diplomas:

## MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

### SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO INTERNO

#### Portaria n.º 323/78

de 15 de Junho

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 75-Q/77, de 28 de Fevereiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado do Comércio Interno, o seguinte:

**PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL**

---

**Resolução n.º 95/78:**

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 16 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar o projecto de «Construção de moradias unifamiliares na Quinta Falcão».

Presidência do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978. — Pel'O Presidente do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

---

**Resolução n.º 96/78**

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 16 de Novembro de 1978, resolveu:

Conceder um aval intercalar no valor de 900 000\$00 a Nazir Can Ussene Can, a fim de instalar uma exploração cunicola com vista à produção de carne, no sítio da Lombada (Babosas) freguesia do Monte.

Presidência do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978. — Pel'O Presidente do Governo Regional. O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

---

**Resolução n.º 97/78**

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 16 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar a conta de gerência do Governo Regional do ano de 1977.

Presidência do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978. — Pel'O Presidente do Governo Regional. O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

---

**Resolução n.º 98/78**

Nos termos do artigo 229, n.º 1, alínea j) da

Constituição da República e artigo 52 do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril (Estatuto Provisório) «o controlo regional dos meios de pagamento em circulação é assegurado pelos Órgãos de Governo próprio da Região».

A compra de moeda estrangeira por parte do Governo Regional assume montantes reduzidos, e na maior parte dos casos estamos perante despesas imprevistas que têm de ser autorizadas imediatamente, não se compadecendo com o assentimento da Direcção Geral do Tesouro, que a verificar-se impediria a realização de actos que são necessários e de extrema importância para o Governo Regional e para a Madeira.

Pretende-se que para a Madeira enquanto não existir um diploma que regulamente a matéria, em termos da autonomia política administrativa consagrada na Constituição da República, as despesas em moeda estrangeira continuem a ser autorizadas pelo Governo Regional.

Este funcionamento é o único que permitirá evitar problemas graves de futuro. De resto a Região da Madeira é geradora de divisas e assume posição privilegiada, já que as suas receitas em divisas ultrapassam as despesas.

A Região Autónoma da Madeira é uma fonte financiadora de divisas do País, não fazendo sentido que o Governo Regional esteja coarctado na realização de despesas pela Direcção Geral do Tesouro.

Assim, o Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 16 de Novembro de 1978, resolveu que «as despesas em moeda estrangeira continuem a ser autorizadas pelo Governo Regional».

Presidência do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978. — Pel'O Presidente do Governo Regional. O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

---

**Resolução n.º 99/78**

Ponderadas todas as implicações que o assunto comporta por ter sido essa a proposta da Madeira Engineering, o Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 16 de Novembro de 1978, resolveu aceitar estudar novamente a proposta daquela empresa, com vista à reparação da rampa do varadouro, danificada pelos temporais, obras essas que devem atingir o montante de mil setecentos e cinquenta contos.

Foi igualmente resolvido revogar a resolução n.º 27/78 de 11 de Outubro.

Presidência do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978. — Pel'O Presidente do Governo Regional. O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

#### **Resolução n.º 100/78**

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 16 de Novembro de 1978, resolveu:

Aprovar os Orçamentos Primeiros Suplementares da Escola Industrial e Comercial do Funchal; Liceu Nacional do Funchal; Escola Preparatória Gonçalves Zarco; Escola Preparatória de Santa Cruz; Escola Preparatória de Tristão Vaz Teixeira, cujas receitas e despesas, importam respectivamente em dois 2 200 000\$00, 21 370 000\$00, 810 000\$00, 536 000\$00 e 374 300\$00.

Presidência do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978. — Pel'O Presidente do Governo Regional. O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

#### **Resolução n.º 101/78**

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 16 de Novembro de 1978, resolveu:

Adjudicar à Hidroservice — Engenharia de Projectos Limitada, São Paulo — Brasil o estudo do Mercado de Turismo e de Demanda de Tráfego aéreo na Ilha da Madeira, e cujo objectivo é fornecer em prazo oportuno elementos necessários para a avaliação económica do projecto de ampliação do aeroporto do Funchal, pelo montante de 101 000 dólares com o seguinte escalonamento:

Na assinatura do contrato 21 000 United State dólares. — Na entrega do relatório intermediário (trinta dias) 45 000 U. S. dólares; — Na entrega do relatório final (sessenta dias) 35 000 U. S. dólares.

O valor indicado é ajustável em escudos ao câmbio dos dias da efectiva liquidação de cada uma das parcelas acima previstas.

Presidência do Governo Regional, 16 de Novembro de 1978. — Pel'O Presidente do Governo Regional. O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

#### **Resolução n.º 102/78**

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 30 de Novembro de 1978, resolveu:

Aceitar o legado à Região Autónoma da Madeira, deixado pelo Sr. Dr. Frederico Augusto de Freitas.

Presidência do Governo Regional, 30 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

#### **Resolução n.º 103/78**

O Governo Regional da Madeira, reunido em plenário em 30 de Novembro de 1978, resolveu aprovar:

- A) O Estatuto do Médico no Serviço Regional de Saúde; (ESTATUTO DO MÉDICO NO SERVIÇO REGIONAL DE SAÚDE. A profissão, pela especial característica do seu exercício directamente relacionado com a vida humana, pressupõe um tipo de responsabilidade que dificilmente encontra paralelo noutras profissões. Precisamente porque ligado à vida do ser humano, o exercício da medicina implica preocupação constante com o cuidado a prestar ao utente, exigência permanente de estudo, investigação e actualização técnica para melhorar tal cuidado.

Torna-se pois compreensível e justificável que as condições de trabalho dos médicos nos Serviços oficiais de Saúde se rejam por um estatuto próprio, reflexo dos pressupostos abordados no parágrafo anterior e ainda porque não pode ser ignorado que a força reivindicativa da Classe Médica está altamente limitada por princípios deontológicos a que ela não se pode eximir.

Porque na Região Autónoma da Madeira se encontra já definida a política de Saúde e o método usado para a consecução dum

sistema Regional de Saúde, nomeadamente a criação por Decretos Regionais do Centro Regional de Saúde Pública e o Centro Hospitalar do Funchal que criaram as condições necessárias para uma melhor actuação nas duas áreas do Sector da Saúde — Saúde Pública e Medicina Hospitalar — impõe-se desde já a aprovação dum Estatuto do médico no S.R.S.

### CONDIÇÕES GERAIS

1 — Entende-se por S.R.S. um sistema que garanta a todos os cidadãos em condições de igualdade os cuidados de saúde previstos na Constituição.

2 — Nesta medida, o presente Estatuto vincula, à excepção dos Internos Policlínicos, todos os médicos dos mapas ou quadros dos Centros Hospitalar e Regional de Saúde Pública, bem como os Internos de Especialidade.

3 — Os médicos abrangidos por este Estatuto, não perdem a individualidade sócio-profissional pelo que continua garantido o seu associativismo próprio e o respeito pelos códigos de deontologia ética e qualificação profissional fixados pelo órgão associativo da Classe — Ordem dos Médicos.

4 — Os Serviços oficiais e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (SRAS) comprometem-se a respeitar totalmente a liberdade profissional dos médicos fora das suas obrigações contratuais.

5 — O presente Estatuto destina-se fundamentalmente a estabelecer as funções, as normas de prestação de serviços, as remunerações, o esquema de segurança social e obrigações decorrentes da prestação de um serviço deste tipo, com vista a um aproveitamento mais racional dos médicos no S.R.S. de forma a torná-lo mais eficiente e rentável, estabelecendo esquemas que visem a moralização do trabalho do médico nos Serviços oficiais e a defesa do prestígio da Classe.

### I

#### NORMAS DE CARREIRA E ACESSO

1 — A nível hospitalar mantem-se os graus de carreira e as normas de acesso existentes, salvaguardando possíveis alterações de normas de acesso que terão de ser objecto de diploma próprio a elaborar, ouvido o Distrito Médico do Fun-

chal da Ordem dos Médicos, no que respeita aos quadros regionais.

2 — Até à publicação do quadro médico do C.R.S.P., respectivas normas de acesso e definição de carreira profissional, de acordo com o que vier a ser estabelecido no Estatuto do Médico a nível nacional, definem-se as seguintes normas de disciplina provisória para o Sector não hospitalar ou de Saúde Pública:

- a) Os médicos exercendo actividade profissional há menos de 7 anos são equiparados a Interno de Especialidade da carreira hospitalar.
- b) Os médicos exercendo actividade profissional há mais de 7 anos são equiparados ao grau de Especialista da carreira hospitalar.
- c) Os médicos exercendo actividade profissional há mais de 7 anos que ocupem, o lugar de Responsável de Valência são equiparados ao grau de Chefe de Clínica da carreira hospitalar.

### II

#### DIREITOS E DEVERES

São direitos e deveres do médico no S.R.S.:

##### A — Direitos

1 — Ser remunerado de acordo com as funções desempenhadas e o regime de trabalho contratual estabelecido.

2 — Disfrutar de condições que lhe permitam respeitar a ética, nomeadamente no que diz respeito ao sigilo profissional.

3 — Ser remunerado, em condições a fixar quando preste serviço para além do horário estabelecido contratualmente.

4 — Receber subsídio de deslocação e alojamento quando requisitados.

5 — Garantia de continuidade no S.R.S., assim como o livre acesso a todos os graus, quando estes forem estabelecidos por carreira e, quando tenham preenchido os requisitos das normas da mesma.

6 — Beneficiar de todos os esquemas de segurança social, nomeadamente, seguro de risco profissional, seguro de doença e actualização de reforma, segundo esquemas que vierem a ser estabelecidos. Os benefícios de segurança social que vierem a ser acordados entre o Conselho Distrital do Funchal da Ordem dos Médicos e a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, terão efeito retro-activo a partir da data da aprovação deste Estatuto e sua publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira.

7 — Beneficiar do apoio das instituições competentes segundo normas a definir, para a realização e frequência de cursos de reciclagem, congressos, estágios e outras actividades científicas tendentes à sua valorização profissional.

8 — Ser-lhe assegurada a possibilidade do exercício de actividade ligadas ao funcionamento da Ordem dos Médicos.

9 — Poder recorrer nas questões sócio-profissionais para a Ordem dos Médicos que o representará e promoverá na defesa dos seus interesses.

10 — O médico não pode ser deslocado compulsivamente do Centro Regional de Saúde Pública ou do Centro Hospitalar em que se encontra colocado sem o parecer favorável da Ordem dos Médicos (Distrito Médico do Funchal).

11 — Em situações imperativas resultantes das necessidades de prestar assistência a determinada área geográfica da Região a requisição, a título provisório e de excepção, poderá ser efectuada pela S. R. A. S., com a concordância do estabelecimento em que o médico esteja colocado, devendo respeitar as seguintes normas:

- a) Cada período de requisição não poderá ir além de três meses, findos os quais o médico regressará automaticamente ao estabelecimento de origem, a não ser que requeira o contrário;
- b) Os médicos só poderão ser requisitados segunda vez após terem sido igualmente requisitados todos os médicos em idênticas condições;
- c) Entre duas requisições consecutivas do mesmo médico tem de decorrer pelo menos um ano.

## B — Deveres

1 — Cumprir escrupulosamente as funções que lhe competem e que lhe tenham sido legitimamente atribuídas com observância das normas éticas deontológicas e de sigilo profissional que regem o exercício da profissão.

2 — Observar o horário estabelecido de acordo com o regime de trabalho em que haja sido contratado.

3 — Cuidar da sua actualização profissional, zelar pela manutenção de boas condições técnicas e humanas de trabalho e utilizar em tempo útil todos os conhecimentos científicos de aplicação possível e todos os meios que lhe sejam facultados para o exercício da sua actividade.

4 — Cumprir o destacamento do seu local de trabalho, para outro, quando seja determinado de harmonia com as condições previstas neste Estatuto.

## III

### REGIME DE TRABALHO

1 — O período normal de trabalho, em tempo completo, é de 36 horas semanais, sendo considerado descanso semanal o sábado a partir das 13 horas e o domingo, até às 8 horas de segunda-feira.

2 — Além do regime de tempo completo pode haver ainda regime de tempo alargado, de tempo parcial e de consultor.

3 — O regime de tempo alargado é de 45 horas semanais, terá sempre carácter optativo e o acordo da instituição onde o interessado exerça a sua actividade.

4 — O regime de tempo parcial carece de autorização da S.R.A.S., e será de admitir, como excepção, para determinadas actividades especializadas e em situações em que se apresentem carências humanas tão acentuadas que a admissão a título precário de médicos nesse regime possa de algum modo contribuir para a melhoria dos serviços, ou nos casos que representem um direito adquirido.

5 — O regime de consultor obedece ao definido no Decreto-Lei n.º 536/75, mas o tempo de

12 horas previsto no n.º 3 do Art.º 4.º poderá ser diminuído de acordo com as necessidades dos Serviços, por proposta do Serviço interessado à S. R.A.S..

## IV

## HORÁRIO DE TRABALHO

1 — A forma de prestação das horas normais de trabalho correspondentes ao regime de trabalho contratual será a que melhor se adaptar à natureza técnica específica da função a desempenhar, bem como aos condicionamentos sociológicos e de eficiência inerentes à prestação dos Serviços.

2 — O controle directo do horário da actividade médica será da responsabilidade exclusiva dos órgãos directivos médicos da Instituição.

## V

## TRABALHO SUPLEMENTAR OU TAREFAS

1 — Dado o carácter específico do trabalho médico entende-se que deverá continuar a ser necessária a prestação de trabalho suplementar para além do regime contratual, hospitalar ou outro, como o efectuado em consequência de escalas de serviço ou turnos, nos Serviços de Urgência.

2 — O trabalho suplementar resultante de escalas de serviço ou turnos, nos Serviços de Urgência do C.H.F. ou nos Centros de Saúde que pratiquem essa actividade, constituem «imposição de Serviço» a que não se podem eximir os médicos colocados nos respectivos Centros ou todos aqueles que tenham aceite voluntariamente esse tipo de Serviço e serão remunerados pela seguinte tabela:

## TURNOS DE 12 HORAS

Diurnos (8-20 H)	{	— I. Esp. — 1.100.00
		— Esp. — 1.300.00
		— C. Cl. — 1.500.00
Nocturnos (20-8 H)	{	— I. Esp. — 2.300.00
		— Esp. — 2.600.00
		— C. Cl. — 2.900.00

Domingos, feriados e sábados a partir das 13 horas são remunerados pela tabela dos turnos nocturnos.

3 — A prevenção ou regime de chamada, quando necessária, será remunerada, consoante a

especialidade a que diga respeito, por valores compreendidos entre 10% e 50% do quantitativo correspondente ao regime de presença física.

## VI

## ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

1 — Não são permitidas acumulações a partir da data da aprovação e entrada em vigor do presente Estatuto.

2 — O serviço será prestado, em princípio, em um só local de trabalho, portanto com proibição de acumulação de funções remuneradas dentro de diferentes instituições do S.R.S., à excepção do previsto nos n.ºs 2 e 3 do título V.

3 — Será de admitir, em fase transitória e devido a carências humanas manifestas que o horário contratual seja efectuado em mais do que uma instituição do S.R.S. (C.H.F. e C.R.S.P.).

4 — Todas as situações, não abrangidas no disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 terão de obedecer a despacho da S.R.A.S..

## VII

## REGIME DE FALTAS E LICENÇAS

Além do regime geral previsto para faltas e licenças, os médicos do S.R.S. beneficiam do seguinte:

- a) Os médicos que prestarem serviço efectivo nocturno serão dispensados do trabalho da manhã imediata. Se, por necessidade de serviço, não puderem gozar desse direito, serão dele compensados nos oito dias subsequentes respeitando as conveniências do Serviço;
- b) Os médicos que prestarem serviço efectivo entre as 13 horas de sábado e as 8 horas de segunda-feira ou feriados (entre as 20 horas da véspera até às 8 horas do dia posterior) terão direito a compensar a perda do descanso semanal nos oito dias subsequentes, respeitando as conveniências do Serviço.

## VIII

## REMUNERAÇÕES

1 — Aos graus de carreira mencionados neste

Estatuto serão atribuídas as seguintes remunerações:

Internato de Especialidade	{ — 36 h. semanais — 20.000\$00
	{ — 45 h. semanais — 25.000\$00
Especialista	{ — 36 h. semanais — 27.500\$00
	{ — 45 h. semanais — 35.000\$00
Chefe de Clínica	{ — 36 h. semanais — 32.500\$00
	{ — 45 h. semanais — 40.000\$00

2 — O Director de Serviço, a escolher entre os Chefes de Clínica, perceberá uma gratificação de 3 000\$00.

3 — Aos médicos deslocados será abonado um subsídio de deslocação e alojamento mensais a fixar posteriormente de acordo com o Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos.

4 — De acordo com a lei geral do trabalho, os médicos receberão o 13.º mês e subsídio de férias igual às remunerações mensais que regularmente auferem.

NOTA: Os vencimentos acordados neste Estatuto resultam duma distribuição equitativa e justa das verbas dispendidas com as remunerações dos médicos a praticar regime de acumulação de funções nas várias Instituições de Saúde existentes até à actual organização do Serviço de Saúde da Região.

## IX

### DISPOSIÇÕES GERAIS

1 — A S.R.A.S. e o Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos, obrigam-se à revisão periódica deste Estatuto.

2 — Em tudo o que não estiver previsto neste Estatuto aplica-se a legislação em vigor para o funcionalismo público.

3 — Este Estatuto entra em vigor na data da sua publicação no Jornal Oficial da Região).

B) A convenção entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e o Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos;

(CONVENÇÃO — *Considerações Gerais* — 1 — Considerando que o Serviço Regional de Saúde, de acordo com o preceito Constitucional, está aberto de forma indiscriminada e gratuita a toda a população independentemente da cobertura social ou seguro-saúde que possua;

2 — Considerando que existem direitos adquiridos por determinados grupos sócio-profissionais que desde há muitos anos contribuem também para o seu seguro-saúde;

3 — Considerando que o direito de livre escolha do médico pelo utente deve ser respeitado e que o mesmo só excepcionalmente poderá ser exercido nas unidades do Serviço Regional de Saúde;

4 — Considerando a necessária melhoria na qualidade dos serviços oficiais de Saúde;

5 — Considerando que só através da conjugação entre os serviços de Saúde oficiais e a medicina liberal é possível uma resposta adequada;

6 — Considerando ainda que, depois de prospecção feita, é da preferência da maioria dos utentes o esquema de Saúde, no aspecto curativo, existente para os beneficiários do A. D. S. E.;

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, pretendendo garantir o direito à Saúde nos termos constitucionais, entende, no entanto, ser necessária a criação dum verdadeiro Sistema Regional de Saúde a partir da complementarização dos serviços oficiais — C. H. F. e C. R. S. P. — com a actividade liberal, até porque se reconhece na contraproposta do Estatuto do Médico nesta Região o direito a essa actividade fora do horário contratual que possuam, propõe aos Órgãos Distritais do Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos a seguinte convenção:

## I

### NORMAS

1 — O utente beneficiário das Caixas de Previdência ou Casas do Povo passa a ter acesso a cuidados individuais de Saúde — consultas — pres-



tadas através da clínica liberal em termos idênticos aos existentes para o A. D. S. E..

2 — O utente a que se refere o n.º 1 pagará na totalidade o preço da consulta, no acto da mesma, sendo reembolsado em 250 escudos por cada consulta.

3 — O Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos compromete-se a respeitar os seguintes preços, mínimo e máximo, de consulta para os beneficiários do A. D. S. E., das Caixas e Casas do Povo:

— Mínimo ... ..	300\$00
— Máximo ... ..	500\$00

4 — Os meios complementares de diagnóstico e terapêutica, assim como os internamentos, para os utentes beneficiários das Caixas de Previdência e Casas do Povo, quando feitos em regime de clínica liberal, serão comparticipados pelos serviços próprios da S.R.A.S. estabelecendo-se tabelas específicas para cada uma das prestações previstas neste n.º 4, a acordar entre a S.R.A.S. e os órgãos do Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos.

## II

### DISPOSIÇÕES GERAIS

1 — O disposto nos n.ºs 1 a 4 do título I (NORMAS) não invalida a existência de outros esquemas ou acordos de seguro-doença S.A.M.S., Correios, Ministério da Justiça, Marconi, etc.) já em vigor, ou outros que vierem a constituir-se.

2 — A S.R.A.S. e o Distrito Médico do Funchal da Ordem dos Médicos, obrigam-se à revisão semestral desta convenção.

3 — Esta convenção entra em vigor, após ser assinada pelo Secretário Regional dos Assuntos Sociais e pelo Conselho Distrital do Funchal da Ordem dos Médicos, na data da sua publicação no Jornal Oficial da Região).

C) O despacho de alargamento do esquema de benefícios na Saúde aos beneficiários da Previdência. DESPACHO:

1 — Considerando que o Serviço Regional de Saúde, de acordo com o texto Constitucional, está aberto de forma indiscriminada e gratuita a toda a população independente-

mente da cobertura social ou seguro saúde que possua;  
cobertura social ou seguro saúde que possua;

2 — Considerando que existem direitos adquiridos por determinados grupos sócio-profissionais que desde há muitos anos contribuem também para o seguro-saúde;

3 — Considerando que o direito de livre escolha do médico pelo utente deve ser respeitado e que o mesmo só excepcionalmente poderá ser exercido nas unidades do Serviço Regional de Saúde;

4 — Considerando a necessária melhoria na qualidade dos serviços oficiais de Saúde;

5 — Considerando que só através da conjugação entre os serviços de Saúde oficiais e a medicina liberal é possível uma resposta adequada;

6 — Considerando também a necessidade de complementar os esquemas oficiais, com os meios de internamento e de diagnóstico particulares;

7 — Considerando, finalmente, a experiência positiva dos beneficiários da Assistência na doença aos Servidores Cívicos do Estado, determino o seguinte:

a) — É reconhecido aos beneficiários dos Serviços Médico-Sociais (antiga Previdência), a faculdade de recorrer à clínica privada, para efeitos de consulta médica, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e internamento;

b) — No que respeita à consulta médica, será a mesma paga integralmente pelo beneficiário ao respectivo médico por preço que oscilará entre 300 e 500 escudos, com direito ao reembolso de 250 escudos, a efectuar pelos serviços oficiais, mediante a apresentação do recibo;

c) — O reembolso referido na alínea precedente só terá lugar se o médico procurado tiver aderido ao acordo celebrado entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e o Conselho Distrital do Funchal, da Ordem dos Médicos,

relativo ao regime das consultas (serão publicadas listas dos médicos aderentes);

d) No que respeita aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, o beneficiário pagará directamente a percentagem correspondente a 25% do preço, constituindo os restantes 75% encargo directo dos serviços oficiais;

e) — No que respeita ao internamento, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais pagará directamente aos estabelecimentos de Saúde a percentagem de 75% das tabelas a acordar com os mesmos, ficando os restantes 25% a cargo do utente.

f) — Os preços a praticar para efeitos das alíneas d) e e) precedentes, serão ob-

jecto de acordo entre a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e as entidades prestadoras de cuidados.

g) — O presente despacho entra em vigor no dia 2 de Janeiro de 1979.

Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, 29 de Novembro de 1978 — O Secretário Regional dos Assuntos Sociais — *Jorge Nélio Praxedes Ferraz de Mendonça*.

Estes diplomas constituem a base do Serviço Regional de Saúde, agora podendo considerar-se criado com a aprovação destes últimos documentos, Serviço Regional de Saúde.

Presidência do Governo Regional, 30 de Novembro de 1978. — O Presidente do Governo Regional. *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

### SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS

#### Portaria N.º 110/78

Ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Decreto-Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, são efectuadas as seguintes transferências de verbas

no Orçamento da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças em vigor:

CAP.	DIVISÃO	CÓDIGO	ALÍNEA	RUBRICAS	REFORÇOS	ANULAÇÕES
III	1			<b>SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS</b>		
				<b>Gabinete Regional</b>		
				<b>DESPESAS CORRENTES</b>		
		44/09		Outras despesas correntes — Diversas:		
			10	Outras despesas ... ..		15 000 000\$00
			11	Fundo de abastecimento nacional ... ..	15 000 000\$00	
				<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		
		47		Investimentos — Edifícios ... ..	35 000 000\$00	
		71/09		Outras despesas de capital — Diversas:		
			1	Outras despesas ... ..		35 000 000\$00
		Total			50 000 000\$00	50 000 000\$00

Importa esta transferência no montante de cinquenta milhões de escudos.

Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, 8 de Novembro de 1978. — Pel'O Secretário Regional do Planeamento e Finanças. O Secretário

Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

**Portaria N.º 114/78**

A fim de possibilitar o pagamento de despesas do capítulo terceiro do Orçamento Ordinário para o corrente ano, inerente à Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, torna-se necessário proceder à transferência de 25 400\$00 (vinte cinco mil e quatrocentos escudos) do capítulo 3.º para reforço de verbas dentro do mesmo capítulo, pelo que, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforços, no montante global de 25 400\$00 (vinte cinco mil e quatrocentos escudos), de acordo com o mapa anexo que faz parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional do Planeamento e Finanças, 16 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO	DIVISÃO	CAPÍTULO
	VERBAS TRANSFERIDAS			
	CAPITULO III			
	SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS			
	2. Serviço de Planeamento e Coordenação Económica			
01	Remunerações Certas:			
02	Pessoal dos quadros aprovados por lei ... ..	25 400\$00	25 400\$00	25 400\$00
	VERBAS A REFORÇAR			
	CAPITULO III			
	SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS			
	1. Gabinete Regional			
01	Remunerações Certas:			
46	Subsídio de Férias e de Natal ... ..	25 000\$00	25 000\$00	25 000\$00
	2. Serviço de Planeamento e Coordenação Económica			
01	Remunerações Certas:			
43	Gratificações Certas e Permanentes ... ..	400\$00	400\$00	25 400\$00

## SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS, E DO EQUIPAMENTO SOCIAL

### Portaria N.º 117/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas diversas, há necessidade de proceder à transferência de verbas e reforços em várias rubricas do orçamento para 1978 da Secretaria Regional do Equipamento Social, pelo que ao abrigo do Art.º 3.º — do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril manda o Governo Regional pelas Secretarias Regionais do Equipamento Social e do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências das rubricas abaixo indicadas as seguintes importâncias:

— Cap.º 3.º Div. I Cód. 71.09. alínea 1	
Despesas de capital ... ..	4 860 000\$00
— Cap. 3.º Div. I Cód. 44-09, alínea 10	
Outras despesas correntes	10 000 000\$00
<b>Total ... ..</b>	<b>14 860 000\$00</b>

2.º — Que se reforça as seguintes rubricas:

— Cap. 4.º, Div. 2.1, Cód. 01.40 Salário do Pessoal dos Quadros ... ..	1 000 000\$00
— Cap. 4.º, Div. 2.1, Cód. 01.46 Subsídio de Férias e de Natal ... ..	800 000\$00
— Cap. 4.º, Div. 2.1, Cód. 28 Encargos das Instalações Cap.º 4.º, Div. 2.1, Cód. 31 alínea 3-B	80 000\$00
Conservação e reparação do Liceu Nacional e anexos do Ciclo Preparatório ...	500 000\$00
— Cap.º 4.º, Div. 2.1, Cód. 31 alínea 3-G	
Conservação e reparação de Estradas ... ..	3 000 000\$00
— Cap. 4.º, Div. 2.2, Cód. 01.46 Subsídio de Férias e Natal	2 100 000\$00
— Cap. 4.º, Div. 2.2, Cód. 04. Alimentação e Alojamento	30 000\$00
— Cap. 4.º, Div. 2.2, Cód. 10.01 Abono de Família ... ..	230 000\$00
<b>A transportar ... ..</b>	<b>7 140 000\$00</b>

Transporte ... ..	7 140 000\$00
— Cap. 4.º, Div. 2.2, Cód. 10.03 Outras prestações directas	50 000\$00
— Cap.º 4.º, Div. 2.2, Cód. 14 Deslocações — Compensa- ções e Encargos ... ..	70 000\$00
— Cap.º 4.º, Div. 2.2, Cód. 48 Investimentos — Constru- ções Diversas... ..	4 000 000\$00
— Cap.º 4.º, Div. 2.2, Cód. 52 Investimntos — Maquina- ria e Equipamento... ..	3 000 000\$00
<b>Total ... ..</b>	<b>14 860 000\$00</b>

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças, e do Equipamento Social, 14 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*. — O Secretário Regional do Equipamento Social, *Jaime Ornelas Camacho*.

### Portaria N.º 118/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas diversas, relativas à aquisição de cimento para os diversos serviços do Governo Regional, há necessidade de se proceder ao reforço, no montante de 1 500 000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos), tanto no capítulo 14.º do Orçamento Ordinário da Receita do Governo Regional respeitante ao corrente ano, como no capítulo 4.º do Orçamento Ordinário da Despesa respeitante ao mesmo ano, pelo que, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, pelas Secretarias do Equipamento Social e do Planeamento e Finanças o seguinte:

1.º — Que se reforce, com a importância de 1 500 000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos) a alínea 3 do artigo 0.2 do capítulo 14.º, do Orçamento da Receita — Compensação de Contas.

2.º — Que se reforce, com a mesma importância de 1 500 000\$00, (um milhão e quinhentos mil escudos) a alínea 3 da Divisão 2.3 do Capítulo 4.º do Orçamento de Despesa — Conta de Ordem.

3.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças, e do Equipamento Social, 16 de Novembro

de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*. O Secretário Regional do Equipamento Social, *Jaime Ornelas Camacho*.

## SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS, E DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE

### Portaria N.º 111/78

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes e de capital, no montante de 11 378 596\$ (onze milhões trezentos setenta e oito mil quinhentos noventa e seis escudos), adentro do Capítulo 5.º do Orçamento da Despesa do Governo Regional para o ano em curso, inerente à Secretaria dos Assuntos Sociais e Saúde, manda o Governo Regional, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, através das Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e dos Assuntos Sociais e Saúde, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência das importâncias de 10 333 096\$00 (dez milhões trezentos trinta e três mil e noventa e seis escudos) e 1 045 500\$00 (um milhão e quarenta e cinco mil e quinhentos escudos), dos capítulos 3.º e 5.º do Orçamento Ordinário para o corrente ano, relativos, respectivamente, à Secretaria Regional do Planeamento e Finanças e à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, para reforço, no montante de 11 378 596\$00 (onze milhões trezentos setenta e oito mil quinhentos noventa e seis escudos), do Capítulo 5.º, inerente à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, de conformidade com os mapas de receita e despesa anexos, que fazem parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças, e dos Assuntos Sociais e Saúde, 8 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*. — O Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, *Jorge Nélío Praxedes Ferraz Mendonça*.

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	CÓDIGO	DIVISÃO	CAPÍTULO
	VERBAS TRANSFERIDAS			
	CAPÍTULO III			
	<b>SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS</b>			
	<b>1. Gabinete Regional</b>			
	DESPESAS CORRENTES			
44	Outras despesas correntes:			
09	Diversas:	10 333 096\$00	10 333 096\$00	10 333 096\$00
	10) Outras despesas ... ..			
	CAPÍTULO V			
	<b>SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE</b>			
	<b>1. Gabinete Regional</b>			
	DESPESAS CORRENTES			
01	Remunerações certas e permanentes:			
41	Salários do pessoal eventual ... ..	300 000\$00		
46	Subsídios de férias e de Natal ... ..	50 000\$00	350 000\$00	350 000\$00
	<b>2. Direcção Regional de Segurança Social</b>			
	<b>2.1 Serviços próprios</b>			
	DESPESAS CORRENTES			
01	Remunerações certas:			
41	Salários do pessoal eventual ... ..	50 000\$00	50 000\$00	50 000\$00
	A transportar ... ..		400 000\$00	10 333 096\$00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	CÓDIGO		DIVISÃO	CAPÍTULO
	<i>Transporte ... ..</i>			400 000\$00	10 333 096\$00
	<b>3. Direcção Regional de Saúde</b>				
	3.1 Serviços próprios				
	DESPEAS CORRENTES				
01	Remunerações certas e permanentes:				
41	Salários do pessoal eventual ... ..	300 000\$000	300 000\$00	300 000\$00	
	<b>3.2 Laboratório de Saúde Pública</b>				
	DESPEAS CORRENTES				
01	Remunerações certas:				
40	Salário do pessoal dos quadros ... ..	10 000\$00			
41	Salários do pessoal eventual ... ..	90 000\$00	100 000\$00		
03	Horas extraordinárias ... ..		7 500\$00		
04	Alimentação e alojamento ... ..		35 000\$00		
29	Aquisição de serviços — locação de bens ...		3 000\$00	145 500\$00	
	<b>3.4 Inspecção de Saúde e Centros Sanitários</b>				
01	Remunerações certas:				
02	Pessoal dos quadros aprovados por lei ... ..	200 000\$00	200 000\$00	200 000\$00	1 045 500\$00
	Total da receita ... ..				11 378 596\$00
	<b>DESIGNAÇÃO DA DESPESA</b>				
	<b>CAPÍTULO V</b>				
	<b>SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE</b>				
	<b>1. Gabinete Regional</b>				
	DESPEAS CORRENTES				
01	Remunerações certas e permanentes:				
02	Pessoal dos quadros aprovados por lei ... ..	125 000\$0	125 000\$00		
26	Bens não duradouros ... ..		100 000\$00		
30	Aquisição de Serviços — Transportes e comunicações ... ..		100 000\$00		
	DESPEAS DE CAPITAL				
52	Investimentos — Maquinaria e equipamento ...		40 000\$00	365 000\$00	
	<b>2. Direcção Regional de Segurança Social</b>				
	2.1 Serviços próprios				
	DESPEAS CORRENTES				
26	Bens não duradouros — Consumos de Secretaria		30 000\$00		
38	Transferências — Sector Público ... ..		600 000\$00	630 000\$00	
	<b>2.6 Lar dos Velhinhos «Dr. João Abel de Freitas»</b>				
	DESPEAS CORRENTES				
04	Remunerações certas e permanentes:				
41	Salários do pessoal eventual ... ..	750 000\$00			
46	Subsídios de Férias e de Natal ... ..	150 000\$00	900 000\$00		
	Alimentação e Alojamento ... ..		50 000\$00		
25	Bens não duradouros — Alimentação, roupas e calçado ... ..		500 000\$00		
28	Aquisição de Serviços — Encargos das instalações ... ..		50 000\$00	1 500 000\$00	
	<i>A transportar ... ..</i>			2 495 000\$00	

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO	DIVISÃO	CAPÍTULO
	<i>Transporte ... ..</i>		2 495 000\$00	
	<b>2.8 Educação Especial</b>			
	<b>INSTITUTO DOS SURDOS DO FUNCHAL</b>			
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
21	Bens Duradouros — Outros ... ..		43 596\$00	
28	Aquisição de Serviços — Encargos das instala- ções ... ..		5 000\$00	
30	Aquisição de Serviços — Transporte e Comuni- cações ... ..		10 000\$00	58 596\$00
	<b>3. Direcção Regional de Saúde</b>			
	<b>3.1 Serviços próprios</b>			
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
13	Vestuário e artigos pessoais — Compensação de encargos ... ..		2 000\$00	
44	Outras despesas correntes:			
09	Diversas:			
	1) Internamentos em Casas de Saúde de doen- tes mentais noutros encargos com a saúde	8 002 000\$00	8 002 000\$00	8 002 000\$00
	<b>3.2 Laboratório de Saúde Pública</b>			
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
21	Bens duradouros — Outros ... ..		5 000\$00	
23	Bens não duradouros — Combustíveis e Lu- brificantes ... ..		20 000\$00	
28	Bens não duradouros — Consumos de Secre- taria ... ..		20 000\$00	
44	Outras despesas correntes:			
06	Despesas dos anos findos ... ..	2 500\$00	2 500\$00	47 500\$00
	<b>3.4 Inspeção de Saúde e Centros Sanitários</b>			
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
04	Alimentação e alojamento ... ..		2 000\$00	
06	Abonos diversos ... ..		45 000\$00	
01	Abono de família ... ..	500\$00	500\$00	
23	Bens não duradouros — Combustíveis e Lubri- ficantes ... ..		100 000\$00	
	Bens não duradouros — Consumos de Secre- taria ... ..		25 000\$00	
28	Aquisição de serviços — Encargos das Instala- ções ... ..		50 000\$00	222 500\$00
	<b>3.5 Clínica Ortopédica Marítima «Sol Ar Saúde»</b>			
	<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
d 01	Remunerações certas e permanentes:			
46	Subsídios de férias e de Natal ... ..	25 000\$00	25 000\$00	
23	Bens não duradouros — Combustíveis e lubrifi- cantes ... ..		10 000\$00	
25	Bens não duradouros — Alimentação, roupas e calçado ... ..		500 000\$00	
30	Aquisição de serviço — Transportes e Comuni- cações ... ..		15 000\$00	
31	Aquisição de serviço — Não especificados ...		3 000\$00	553 000\$00
	<b>Total da despesa ... ..</b>			<b>11 378 596\$00</b>

## SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO E FINANÇAS, E DE AGRICULTURA E PESCAS

### Portaria N.º 115/78

A fim de possibilitar o pagamento de diversas despesas correntes, há necessidade de se proceder à transferência da importância de 16 650 000\$00 (dezassex milhões seiscientos e cinquenta mil escudos) adentro do Capítulo sexto do Orçamento Ordinário, para o ano em curso, pelo que, ao abrigo do disposto no Artigo terceiro do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através das Secretarias de Agricultura e Pescas e, do Planeamento e Finanças, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforços de verbas, no montante global, respectivamente, de 16 650 000\$00 (dezassex milhões seiscientos e cinquenta mil escudos) de conformidade com o mapa anexo, que faz parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e de Agricultura e Pescas, 13 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*. — O Secretário Regional de Agricultura e Pescas, *Jorge Gaudêncio Machado Figueira*.

## SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCAS

### Verbas a transferir do Orçamento Ordinário para 1978

#### GABINETE REGIONAL

##### DESPESAS CORRENTES:

Cap.º 6.º — Div. 1.ª — Códg. 01.	— Remunerações certas e permanentes	
.41	— Salários do pessoal eventual ... ..	500 000\$00
23.	— Bens não duradouros — Combustíveis e Lubrificantes ... ..	100 000\$00
44.	— Outras despesas correntes	
.09	— Diversas:	
a)	Estruturação Agrária ... ..	3 000 000\$00
c)	Apoio a Actividades Piscatórias ... ..	2 000 000\$00
d)	Outras ... ..	3 200 000\$00

##### DESPESAS DE CAPITAL:

56.	— Transferências — Empresas Privadas ... ..	100 000\$00
57.	— " — Instituições Particulares ... ..	100 000\$00

#### JARDIM BOTÂNICO

##### DESPESAS CORRENTES:

— Div. 4.ª — Códg. 01.	— Remunerações certas e permanentes:	
.02	— Pessoal dos quadros aprovados por lei ... ..	220 000\$00
.41	— Salários do pessoal eventual ... ..	126 700\$00
.43	— Gratificações certas e permanentes ... ..	3 300\$00

#### PESCAS

##### DESPESAS DE CAPITAL:

— Div. 6.ª — Códg. 56.	— Transferências — Empresas Privadas ... ..	100 000\$00
57	— " — Instituições Particulares ... ..	100 000\$00
	<i>A transportar</i> ... ..	9 550 000\$00



Transporte ... .. 9 550 000\$00

### INVESTIMENTOS DO PLANO

— Div. 7.ª — N.º 10	— Promoção Social dos Meios Rurais ... ..	200 000\$00
14	— Defesa e Conservação de Solos no Porto Santo	200 000\$00
19	— Escola de Pescas ... ..	3 100 000\$00
20	— Instalação e Apetrechamento duma Lota ... ..	500 000\$00
21	— Campanha de Desratização ... ..	3 100 000\$00
<b>TOTAL ... ..</b>		<b>16 650 000\$00</b>

### VERBAS A REFORÇAR DO ORÇAMENTO PARA 1978

#### GABINETE REGIONAL

##### DESPESAS CORRENTES:

Cap.º 6.º — Div. 1.ª — Códg. 14.	— Deslocações — Compensação de Encargos ...	700 000\$00
Cap.º 6.º — Div. 1.ª — Códg. 44.	— Outras despesas correntes	
	.09 — Diversas:	
	b) Apoio às Actividades Agrícolas ... ..	2 900 000\$00
— Div. 2.ª — C	<b>SERVIÇOS AGRÍCOLAS</b>	
	DESPESAS CORRENTES:	
— Div. 2.ª — Códg. 30.	— Aquisição de Serviços — Transportes e Co- municações ... ..	200 000\$00

#### JARDIM BOTÂNICO

##### DESPESAS CORRENTES:

— Div. 4.ª — Códg. 01.	— Remunerações certas e permanentes:	
.42	— Remunerações de pessoal diverso ... ..	50 000\$00
.46	— Subsídios de férias e de Natal ... ..	20 000\$00
08.	— Vestuário e Artigos Pessoais — Espécie ... ..	15 000\$00
10.	— Prestações directas — Previdência Social ...	
.01	— Abono de família ... ..	20 000\$00
25.	— Bens não duradouros — Alimentação, roupas e calçado ... ..	30 000\$00
44.	— Outras despesas correntes	
27.	— Bens não duradouros — Outros ... ..	50 000\$00
.06	— Despesas de anos findos ... ..	15 000\$00

##### DESPESAS DE CAPITAL:

49.	— Investimentos — Melhoramentos fundiários ...	100 000\$00
52.	— Investimentos — Maquinaria e Equipamento ...	50 000\$00

### INVESTIMENTOS DO PLANO

— Div. 7. — N.º 11	— Apoio ao Associativismo ... ..	5 000 000\$00
13	— Correção Torrencial da Madeira e Porto Santo	7 500 000\$00
<b>TOTAL ... ..</b>		<b>16 650 000\$00</b>

**SECRETARIAS REGIONAIS DO PLANEAMENTO  
E FINANÇAS, E DE EDUCAÇÃO E CULTURA**
**Portaria N.º 116/78**

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes no montante de 3 913 000\$00, dentro do capítulo 7.º do orçamento da despesa deste Governo Regional para o corrente ano, inerente à Secretaria Regional da Educação e Cultura, manda o Governo Regional, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, o seguinte:

1.º — Que se inclua, como contrapartida para o pagamento de despesas com o pessoal afecto ao

Ensino, a importância de Esc.: 1 145 000\$00, a receber do Estado, e se proceda à transferência das importâncias de 2 558 000\$00 do capítulo terceiro, e 210 000\$00, do capítulo sétimo, para reforço de verbas de montante igual à soma das importâncias aqui referidas, de conformidade com os mapas de receita e despesa anexos, que fazem parte integrante desta Portaria.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais do Planeamento e Finanças e de Educação e Cultura, 16 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional do Planeamento e Finanças, *José António Camacho*. — O Secretário Regional de Educação e Cultura, *Carlos Lélis da Câmara Gonçalves*.

Código		Artigo	Número	DESIGNAÇÃO DA RECEITA	NÚMERO	ARTIGO	CÓDIGO	
Capítulo	Grupo						GRUPO	CAPÍTULO
14		04	1	<b>RECEITAS CORRENTES</b> Contas de ordem Importâncias consignadas pelo Estado para pagamento das despesas com o pessoal do Ensino e do Arquivo Distrital do Funchal: Pessoal do Ensino: h) Escola Preparatória de Bartolomeu Perestrelo 220 000\$00 I) Escola Preparatória de Gil Eanes ... .. 925 000\$00	1 145 000\$00	1 145 000\$00	1 145 000\$00	1 145 000\$00
				<b>VERBAS TRANSFERIDAS</b> <b>CAPÍTULO III</b> <b>SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO E FINANÇAS</b> <b>1. Gabinete Regional</b> <b>DESPESAS DE CAPITAL</b> Outras despesas de capital Diversas 1) Outras despesas ... .. 2 558 000\$00			2 558 000\$00	2 558 000\$00
71	09			<b>CAPÍTULO VII</b> <b>SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b> <b>4. Direcção Escolar</b> <b>DESPESAS CORRENTES</b> Aquisição de serviços — Transportes e comunicações ... ..		210 000\$00	210 000\$00	210 000\$00
30				Total da receita ... ..				3 913 000\$00

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	CÓDIGO	DIVISÃO	CAPÍTULO
	<p align="center"><b>CAPÍTULO VII</b></p> <p align="center"><b>SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b></p> <p align="center"><b>1. Gabinete Regional</b></p> <p align="center"><b>DESPESAS CORRENTES</b></p> <p>Transferências — Sector público:</p> <p>2) Instalação, manutenção e funcionamento do Serviço de Ensino:</p> <p>b) Escola Industrial do Funchal 1 288 000\$00</p> <p>d) Escola Secundária do Funchal ... .. 400 000\$00</p> <p>g) Escola Preparatória Bartolomeu Perestrelo ... .. 870 000\$00</p> <p align="right"><b>2 558 000\$00</b></p> <p align="center"><b>4. Direcção Escolar</b></p> <p align="center"><b>DESPESAS CORRENTES</b></p> <p>Remunerações certas e permanentes:</p> <p>Remunerações de pessoal diverso ... ..</p> <p align="right"><b>210 000\$00</b></p> <p align="center"><b>7. Contas de Ordem</b></p> <p>7.1 Importâncias consignadas pelo Estado para pagamento das despesas com o pessoal do Ensino:</p> <p>h) Escola Preparatória de Bartolomeu Perestrelo ... .. 220 000\$00</p> <p>i) Escola Preparatória de Gil Eanes ... .. 925 000\$00</p> <p align="right"><b>1 145 000\$00</b></p> <p align="right"><b>3 913 000\$00</b></p> <p align="right"><b>Total da despesa ... .. 3 913 000\$00</b></p>			

## SECRETARIA REGIONAL DE ECONOMIA

### Portaria N.º 113/78

Considerando a necessidade de dar nova redacção ao preceituado no número 9.º da Portaria n.º 15/78, de 16 de Maio, publicado no Jornal Oficial, I Série n.º 9, de 18 de Maio, o Governo Regional, pela Secretaria de Economia, ao abrigo do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Regional n.º 2/76 de 21 de Outubro, determina o seguinte:

1.º — As peças e porções de carnes verdes e congeladas à venda nos estabelecimentos de retalho têm de estar devidamente identificadas, separadas e marcadas com os preços que lhes correspondam.

2.º — A falta de cumprimento do disposto no número anterior dá lugar à suspensão imediata do

fornecimento de carne congelada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na lei geral e especial para todos os casos de infracção que prejudiquem o consumidor.

3.º — As sanções a aplicar pela Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, pelo não cumprimento do disposto no número anterior, são estabelecidas em 15 dias para a 1.ª infracção, 30 dias para a sua reincidência, e nas seguintes 60 dias.

4.º — É revogado o n.º 9 da Portaria n.º 15/78 de 16 de Maio.

5.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Secretaria Regional de Economia, 21 de Novembro de 1978. — O Secretário Regional de Economia, *João Crisóstomo de Aguiar*.

**Preço deste número: 30\$00**

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

#### **A S S I N A T U R A S**

As duas séries	Ano 1 100\$	Semestre ... ..	650\$
A 1.ª série	650\$	» ... ..	350\$
A 2.ª série	650\$	» ... ..	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

**A estes valores acrescem os portes de correio**

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»